



## PROCESSO TC nº 14.504/21

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Nova Palmeira, **Sra. Francisca Cleonice de Lima Dias**, concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais a **Sra. Magna Sueli Barros de Macedo**, matrícula nº 00108, Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época, com 31 anos, 11 meses e 12 dias de tempo de contribuição e idade de 54 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Conselheiro - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria Nº 005/2021] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***

Conselheiro - Relator



## 1ª Câmara

Processo TC nº 14.504/21

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): **Magna Sueli Barros de Macedo**

Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Nova Palmeira**

Gestor Responsável: **Francisca Cleonice de Lima Dias**

Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos integrais.  
Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos.  
Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos  
proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 2059/2022

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 14.504/21**, referente aposentadoria voluntária com proventos integrais da **Sra. Magna Sueli Barros de Macedo**, matrícula nº 00108, Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria Nº 005/2021], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

**Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.**

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 06 de outubro de 2022.**

Assinado 7 de Outubro de 2022 às 10:17



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 7 de Outubro de 2022 às 09:19



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 7 de Outubro de 2022 às 09:51



**Luciano Andrade Farias**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO